

# Ilusões Correntes

---

Lúcia Arraes Morales(\*)

---

## RESUMO

O artigo analisa uma reportagem que trata do resultado da pesquisa encomendada pela revista Época. A pesquisa procura investigar como os jovens sentem e pensam o Brasil. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a noção de política e as representações sobre o país contidas na reportagem.

## ABSTRACT:

The article analyzes a report that treats of the result of the research ordered by the magazine Época. The research search to investigate as the youths they feel and they think Brazil. So, the objective of this work is to analyze the politics notion and the representations on the country contained in the report.

**Palavras-chave:** mídia, política, pesquisa.

**Keywords:** media, politics, research.

## Introdução

Em dezembro de 2000, a revista “ÉPOCA”<sup>1</sup>, do complexo de comunicação Globo, veio às bancas com o resultado de uma pesquisa, encomendada pela própria revista. Nela, os jovens que completavam 18 anos revelavam sua maneira de pensar e sentir o Brasil. Essa pesquisa apareceu em duas edições divididas em dez temas. A primeira, em 11 de dezembro, apresentou, nessa ordem, seis títulos e subtítulos: 1- “Retrato da Juventude (o rito de passagem)”, 2- “Política (a retórica dos pragmáticos)”, 3 - “Convicções (rebeldia de resultados)”, 4 - “Serviço Militar (nos braços da pátria)”, 5 - “Mundo Moderno (fôlego para competir)” e “6 - Carreira e Trabalho (o futuro calculado)”. Na semana seguinte, em 18 de dezembro, os quatro assuntos foram: 1 - “Polêmicas (limites à carece)”, 2 - “Sexo (desejos e receios dos ressabiados)”, 3 - “Família (a partilha doméstica)” e 4 - “Ambições (princesa do agreste)”. Assim, *gossomob*, questões relativas a esfera do público, como política, emprego e aprendizado profissional, predominam na primeira edição. A esfera do privado, por outro lado, fica reservada à segunda.

Este artigo analisa apenas dois aspectos específicos desta reportagem: as representações sobre Brasil aí contidas e a concepção de política atribuída aos jovens. Para tanto, examina-se o formato da pesquisa e as conexões estabelecidas entre a pertença a uma determinada faixa etária e a percepção do significado de política.

### 1 Guga e “Lalau”

Além do texto escrito, a capa de uma revista também oferece uma perspectiva de análise. Ela não apenas enfeixa e protege um conteúdo. Mas também produz uma aparência, uma exterioridade, uma visibilidade. Para os fins deste artigo, será examinada apenas a capa da primeira publicação da pesquisa sobre os jovens, em 11 de dezembro. Ela traz a reprodução do cartaz “*Procurase*”, emitido pelo Departamento de Polícia Federal para a localização do juiz trabalhista Nicolau dos Santos Neto. Naquela semana, após 8 meses foragido, ele se entregava. Contraposto, em tamanho menor e no canto superior esquerdo, está a foto do tenista Gustavo Kuerten surfando no Hawaii depois

da conquista do primeiro lugar no tênis mundial. Junto às imagens, vem em caixa alta, o termo “*Encontrado*”, em forma de carimbo, substituindo o termo “*procurado*”. Em seguida, também em caixa alta, lê-se: “A Rendição do juiz ladrão”. Assim, de um lado, está um jovem atleta, saudável, feliz e rico, desfrutando das ondas do mar como recompensa pelo sucesso no trabalho. De outro, um idoso com rosto flácido, olhar desvitalizado e expressão apalermada, recebendo destaque na mídia em consequência do exercício aético da profissão. No limite inferior desta capa vem escrito, em lista amarela e letras pretas: “*Exclusivo: O que os brasileiros de 18 anos pensam e esperam do país*”.

O juiz ocupa a capa. A escolha, portanto, recaiu sobre a prisão de uma autoridade e não sobre a conquista de um atleta. Na edição seguinte, quando circula a segunda e última parte da pesquisa, o editorial se concentra em explicar essa opção. A capa traria apenas o tenista. Entretanto, quando estavam fechando a edição, veio a notícia da prisão do juiz Nicolau. Com isso, para contemplar este fato, a equipe editorial alterou o projeto inicial. Entretanto, as oposições entre jovem e velho, entre conduta moralmente correta e participação em atos ilícitos estão postas, mesmo não tendo sido esta a intenção de quem compôs a capa. Neste sentido, ela também articula elementos presentes na reportagem sobre a pesquisa entre os jovens de 18 anos.

Tanto Nicolau dos Santos Neto quanto Gustavo Kuerten são figuras do mundo público, contudo marcadamente distintas. Gustavo Kuerten, aos 24 anos, é um porta-bandeira de novas possibilidades. Expressa não só a positividade de um presente mas perspectivas de um futuro promissor. Está distante dos centros de poder que comanda a política partidária. É dedicado ao aperfeiçoamento de suas habilidades como tenista, nos torneios honra um código preestabelecido de condutas e vem acumulando, através de atividades lícitas, um expressivo capital econômico. Em outras palavras, Guga observa princípios coletivamente acordados.

Nicolau dos Santos Neto faz conexões com um passado de voracidade e cobiça. Ele impõe a lembrança da enorme história de devastação econômica e cultural do País. Seria o representante da formulação, desmentida por Guga, de que “a teoria na prática é

1- Ano III, número 134

outra”. Na qualidade de juiz, é a autoridade investida do poder de fazer valer, decretos, regulamentos, portarias, enfim, o conjunto de leis e procedimentos definidas para gerir a vida brasileira. Enfim, ele deveria preservar, zelar por modelos éticos. Contudo, seus movimentos no mundo público se dão à margem do visual e do geral. São pautados, antes de tudo, pelo particularismo. Basicamente, sua ação se traduz por converter a lei em letra morta, sobrepor sua vontade em detrimento do bem-estar coletivo e garantir um enriquecimento. Ele se guia pelo exercício da habilidade em manejar técnicas de ocultamento, dissimulação e engodo. Com isso, ao ser descoberto, se posicionou publicamente como um profissional dos grandes golpes, um malandro qualificado.

Nicolau dos Santos Neto e Guga são o confronto entre dois modos de ação pública. Num está o exemplo da representação de política como esfera do moralmente condenável. Em outro, está o exemplo de quem se manteria distante dela. Portanto, desta perspectiva restrita de política, é possível ser levado a concluir que a vida decente é construída longe da política.

O termo hipocorístico Guga, pelo qual se identifica Gustavo Kuerten, é uma locução breve, construída a partir do seu ambiente doméstico e de suas relações pessoais. Remete, por conseguinte, à dimensão do afeto, da admiração e da intimidade. “Lalau”, como passou a ser conhecido o juiz Nicolau dos Santos Neto, tem, por sua vez, outro itinerário de produção. Ao jogar com a repetição da sílaba final de Nicolau, o efeito sintetiza e exprime conduta indesejável, condenada e rejeitada. No “Novo Dicionário Aurélio” (1975), o termo lalau está classificado como gíria e significa “descuidista, gatuno que atua valendo-se de uma distração, descuido, falta de vigilância da vítima”. Portanto, lalau, além de equivaler a ladrão, contém o sentido de um dito sentencioso.

DaMatta (1997) chama atenção para a complexa figura do malandro na cultura brasileira. Ela vai dos gestos de esperteza, socialmente aprovados e vistos como sinal de inteligência, até o extremo da ação abertamente desonesta, leviana e lesiva. Neste caso, como assinala o autor, o indivíduo corre o perigo de virar um palhaço. Para tanto, DaMatta mostra que a categoria “palhaço” entre nós tem uma conotação bastante negativa. Ao ser

atribuída a alguém, é uma ofensa e se reveste em categoria de acusação.

O juiz Nicolau dos Santos Neto se converteu em “Lalau” por essa lógica social. A ênfase não é no sexo, na idade, mas sim, na sua profissão: ele é um juiz. Isso leva a construir, através da categoria “Lalau”, a percepção de que Nicolau se apresentava de forma falsa. Embutido havia um “Lalau”. Por isso, “Lalau” não é lúdico. Não se ri para Nicolau. Ri-se dele. “Lalau” é, dessa forma, o *bus* do denisório. Significa dizer que o juiz saiu do ponto em que é possível manter um equilíbrio. Ao invés, foi a extremos inadmissíveis. Passou dos limites como um palhaço precisa passar para fazer graça.

Contudo, o construto “Lalau”, ao produzir um riso que é escárnio também oculta aspectos da cultura brasileira. A ação do juiz Nicolau dos Santos Neto não foi, a rigor, a ação de um descuidista. O roubo aos cofres públicos não ocorreu num momento de falta de vigilância da vítima. Ela não é um indivíduo concreto; é uma nação. Portanto, os mecanismos presentes no ato deste juiz são estruturais e não decorrem da ação isolada de um só indivíduo sobre a distração de outro. Corretivos que incidam apenas sobre o juiz Nicolau dos Santos Neto são insuficientes. Eles precisam atuar sobre o conjunto dos sistemas de vínculos pessoais e impessoais que colocam em funcionamento as leis do País. Assim, a categoria “Lalau” veiculada intensamente pela mídia acaba por deslocar para o plano do individual um fenômeno mais amplo.

Neste sentido, é oportuno introduzir aqui a análise sobre Pedro Malazartes, feita por DaMatta (1997), como recurso para pensar a questão da malandragem. Pedro Malazartes é uma narrativa popular e encontrada em todo o Brasil. Ele é um camponês que, para enfrentar a opressão do dono da terra, maneja com habilidade as regras vigentes em benefício próprio. Contudo, a ação de Pedro Malazartes visa apenas a pessoas. Em nenhum momento ele põe em questão o sistema que engendra a desigualdade, a injustiça e o desmando. Pedro Malazartes jamais poria em causa o sistema de valores da cultura brasileira que possibilita produzir indivíduos como o juiz Nicolau dos Santos Neto. E isto é um tipo de perspectiva despolitizada que, permitindo a manutenção de um jogo social, possibilita a reprodução de outros Nicolau dos Santos Neto<sup>2</sup>.

2- É interessante registrar que Souza (2000:13), ao traçar um perfil do delegado Sérgio Paranhos Fleury e apontá-lo como uma das figuras mais importantes do Doi-Codi paulista, faz as seguintes considerações sobre as atividades de torturas ali praticadas: “*Havia apoio paralelos, visitas e até almoços reservados com simpatizantes dos métodos empregados que iam ao local “clar uma força” para os militares e civis do Doi-Codi. Um dos que almoçavam sistematicamente no prédio militar da Rua Tutóia era Nicolau Alves Neto, o Lalau...*”. Isto demonstra que este juiz vive há muito tempo nas cercanias do poder. Conhece seus meandros e aprendeu a nele mover-se para obter benefícios materiais e simbólicos

As questões sugeridas no exame da capa têm ligações com a concepção de política atribuída aos jovens na reportagem. Nela se destacam dois pressupostos: 1) a política é dispensável e o ideal de democracia é de menor importância; 2) uma vida decente deve permanecer longe de qualquer atividade política. Posto isto, não é de estranhar que a receita dos jovens para um presidente ideal, apontada pela revista, seja: *honesto*(81%), *decidido*(41%), *corajoso*(32%), *democrata*(21%), *culto*(16%) e *independente de partidos políticos*(16%)”.(pag.141)

Este anseio por lisura, correção, enfim, ética reflete uma percepção sobre o lugar da corrupção no atual cenário brasileiro. Contudo, este desejo não vem associado na mesma intensidade ao uso de procedimentos democráticos. Corrupção e democracia não são contrapostos na percepções dos jovens consultados. Provavelmente, democracia esteja restrita a liberdade de expressão. Não sendo, assim, concebida como um horizonte de compreensão da vida humana capaz de produzir escolhas voltadas para o benefício do coletivo. Segundo os dados da reportagem, os jovens estão substituindo o atributo democrata por decidido e corajoso. Ou seja, eles querem ter, na condução dos rumos da vida nacional, alguém honesto e dotado de energia para fazer o “publique-se e cumpra-se” ser acatado. Dessa maneira, eles estariam optando por uma fórmula de exercício do poder também rotineira na história brasileira: o autoritarismo.

É oportuno lembrar que o ex-presidente Fernando Collor de Melo pautou sua campanha eleitoral sob o signo do “caçador de marajás”: indivíduo decidido, destemido e ágil que denunciava o então governo Sarney. Mostrava-se não apenas como exemplo de moralidade mas também como um político independente. Para tanto, disputava o cargo máximo da República através do recém-criado Partido da Renovação Nacional (PRN). Com isso, marcava seu afastamento dos demais partidos e apresentava-se como o candidato que traria a nova prática política. Portanto, o perfil traçado pelos jovens, consultados pela Revista *ÉPOCA*, tem ressonâncias com os modos de apresentação do ex-presidente Collor, durante sua campanha: honesto, decidido, corajoso e independente. Naquele momento, em 1989, quando 35 milhões de eleitores elegeram Collor de Melo para presidente, esses jovens tinham apenas sete anos de idade. Ou seja, uma nova geração permanece com expectativas semelhantes às de seus pais.

## 2 “Grande Pátria desimportante”<sup>3</sup>

O texto de abertura da reportagem, intitulado “Retrato da Juventude (o rito de passagem)”, traz breve exposição sobre o formato da pesquisa: quem conduziu, onde, qual a composição da amostra e o tipo de instrumento de coleta. O “Instituto Indicator de Opinião Pública” conduziu as 504 entrevistas entre moças (52%) e rapazes (48%) dos diversos seguimentos sociais “(classes A a E)” que habitam as cidades de Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

À primeira vista, para uma pesquisa que diz traçar o perfil do jovem brasileiro, as entrevistas se concentraram todas em centros urbanos que são capitais. A capital é a cidade principal na qual está alojada a administração central e, por conseguinte, o *hus* do poder decisório. Capital remete a cabeça e, assim, está associada a comando, controle, superioridade, inteligência, autonomia, razão, progresso e modernidade. A cidade não-capital é classificada como “cidade do interior” e, portanto, articula a noção, não apenas de distância em relação a um centro, mas sobretudo, a de menor poder de visibilidade, presença, atuação. É algo visto como mais interno, menos exposto, mais particular, com menor condição de universalidade e, dessa forma, sem uma orientação cosmopolita para a convivência. Em resumo, “cidade do interior” é algo localizado sempre atrás da capital. Não é uma oposição a litoral nem tampouco uma homologia com sertão. São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, por exemplo, não são cidades litorâneas, contudo, são importantes capitais. Dessa maneira, estas duas categorias “capital” e “cidade do interior” estão longe de ser uma simples referência a um espaço físico. Elas resultam do trabalho simbólico que engendra uma visão e divisão do mundo social. Neste sentido, funcionam nos discursos como metáforas da desigual relação de poder entre os grupos que habitam um território denominado Brasil.

Em estudo recente, Koury (2001) investigou a presença da fotografia mortuária no Brasil. Para tanto, concentrou sua pesquisa nas 27 capitais brasileiras. Inicialmente, partiu da hipótese de que esse tipo de prática cultural seria encontrada, predominantemente, nas capitais de menor porte econômico e demográfico. Segundo acreditava, nestas cidades os valores individualistas não seriam os ordenadores da vida social.

3- Verso de Cazuza na música “Brasil”

A preeminência se daria em torno de uma tradição familiar e religiosa. Contudo, para sua surpresa esta relação não é adequada para pensar a questão da fotografia mortuária. Ao analisar os dados, ele se deparou com o seguinte resultado:

*O incrível é o percentual de 8,48 % de Brasília. Uma cidade nova, com menos de cinquenta anos de existência, era de se esperar que possuísse um número relativamente pequeno de pessoas que registram fotograficamente os seus mortos, em relação a outras cidades brasileiras. Deu-se exatamente o contrário: Brasília detém o maior percentual relativo, em relação ao conjunto dos infamantes da mesma região, dos que fotografamos seus mortos (pag.62)*

Provavelmente, se a pesquisa da Revista ÉPOCA incluisse outras capitais talvez se deparasse, também, com resultados inesperados. Além disso, é oportuno ressaltar que o recente censo, realizado pelo IBGE, aponta o crescimento demográfico nas cidades do interior como significativamente superior ao das capitais. Quando da divulgação destes dados, o Jornal do Brasil, de 10 de maio de 2001, trouxe os seguintes números:

*Entre 1991 e 2000, a população brasileira aumentou em 22,7 milhões de pessoas, sendo que 17,5 milhões (76,08 %) no interior e 5,2 milhões (23,92 %) nas capitais.*

Assim, deve ser expressivo o número de jovens habitando estes centros urbanos os quais não foram consultados pelo “Instituto Indicator de Opinião Pública”.

Contudo, não está presente nesta reportagem apenas o domínio da capital sobre a cidade do interior. Prevalece a região Sudeste. Considera-se, então, que estas capitais podem não somente produzir um discurso universal, mas também, verdadeiro. O fato é de tal monta que as capitais dos estados da região amazônica estão ausentes, como também, as do Centro-Oeste. Além disso, dos nove estados nordestinos apenas um se faz presente. Na ênfase sobre a região Sudeste, fica de fora apenas o Estado do Espírito Santo. Sem deixar de falar que Florianópolis e Curitiba, capitais da região sul, não são mencionadas. Afora isso, como todas as entrevistas foram realizadas em áreas urbanas, deixou-se oculta a área rural e, com ela, o campesinato e os grupos indígenas.

Assim, o País é representado através do silenciamento de partes consideráveis do seu território e de sua população. Mais contundente ainda é a situação da ausência por completo da Amazônia no momento mesmo em que recrudescem pretensões americanas para transformá-la em território internacional. Cabe perguntar: Por que essa região é vista como prescindível para o “Instituto Indicator de Opinião Pública” e a revista “Época”? Por que não tem relevância saber como vivem e pensam os jovens que nela habitam? Por que as 5 capitais escolhidas estão dotadas de habilidades para falar pela Amazônia e por mais da metade do Nordeste? O foco da pesquisa se volta para os habitantes da região onde se concentram significativos investimentos em tecnologia, medicina, artes e educação. É como se existissem dois brasis: um, ao sudeste, habilitado a falar pelo outro, situado ao norte, nordeste e centro-oeste, destinado a escutar. Tudo se passa como se os jovens que aí habitam não tivessem algo a dizer ou não desfrutassem plenamente do atributo que permite o uso competente da palavra: a razão. Estas três regiões ocupam o lugar do outro, da alteridade. Representam o contraponto, funcionam como o contraste para o lugar do moderno, do progresso, do trabalho, enfim, da civilização por excelência: o Sudeste.

Esta concepção que se insinua nesta pesquisa remete a um modo de pensar comum às elites brasileiras no final do século XIX. Dessa forma, o próprio formato desta pesquisa aponta para uma representação de Brasil ainda atuante em pleno limiar do século XXI. Neste sentido, os estudos que Graham & Holanda (1984) fizeram sobre o perfil das migrações internas brasileiras no período de 1872 a 1970 são bastante iluminadores.

Suas análises fornecem elementos para pensar as representações que as elites dirigentes fazem do Brasil desde a segunda metade do século XIX. Os autores mostram que neste período o Nordeste apresenta as maiores taxas de migração do País. Entre 1872 a 1890, há dois tipos de migrantes: sertanejos ou caboclos e os escravos negros. Os primeiros são oriundos do sertão, envolvidos com a economia de subsistência e seriamente afetados pela seca. É essa população “branca” nordestina que se dirige, prioritariamente e em volume crescente, para a região Norte. Naquele momento, se dava o apogeu do extrativismo gomífero na Amazônia. O segundo tipo de migrante nordestino é oriundo da zona da mata canavieira em decadência. Com a abolição do tráfico de escravos para o Brasil, em 1850, e a mudança do eixo-exportador, esses indivíduos passam a ser negociados internamente. O Estado adota a

transferência inter-regional. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, em menor quantidade, recebem esta força de trabalho. Contudo, a presença de um contingente crescente de negros nestes estados cria apreensão na elite econômica e política. Ela teme tanto pela possibilidade de alguma revolta organizada como também pela predominância de indivíduos de pele escura na composição de suas populações. Na mesma época, e simultaneamente, ocorre a imigração européia a qual foi duas vezes superior à migração interna e se localizou nos estados do sul do País e em São Paulo. Os ex-escravos e os mestiços, entre eles os sertanejos, eram tidos como biologicamente inferiores aos brancos e, portanto, indolentes, nômades, indisciplinados e incapazes de adaptação ao regime salarial. Assim, no final do Império, a localização diferencial de trabalhadores obedeceu a um gerenciamento da população brasileira no qual as variáveis raça e região eram estrategicamente articuladas e construíam a desigualdade no País. O Brasil moderno, inteiramente integrado na lógica capitalista e, portanto, civilizado era constituído, majoritariamente, de brancos e se localizaria no sudeste e sul. O Brasil arcaico, pré-capitalista, atrasado e “inculto” se destinaria aos mestiços que habitariam o norte e nordeste. Portanto, essa cartografia estaria inscrita no corpo dos habitantes: em sua pele, atitudes e condutas.

Embora a pesquisa não lide com a variável raça nem explicita a questão da região, esse modo de pensar um Brasil que tem voz ativa e outro Brasil que está mudo tem homologias com o Brasil moderno e o Brasil arcaico pensados no século XIX. O Brasil que tem voz na pesquisa do Instituto Indicator de Opinião Pública e o Brasil moderno do final do Império estão no sudeste. Enquanto isso, o Brasil mudo e o Brasil arcaico estão no norte e nordeste. Há, portanto, no formato desta pesquisa uma maneira persistente e vigorosa de pensar este País. Há uma memória com um intenso vigor atualizante. Isso é curioso na medida em que uma das afirmações correntes é ser o Brasil um país sem memória. Para ouvir os jovens que faziam 18 anos na virada do século, estes pesquisadores reatualizam uma geopolítica há muito traçada para este País. Ao fazê-lo, geram a possibilidade dos resultados de sua pesquisa serem

percebidos como algo peculiar ao presente e não como algo ancorado num processo histórico que dura mais de um século e meio.

Esta representação de Brasil é exposta de forma vívida e contundente na entrevista que Fernando Rodrigues concedeu à Revista Caros Amigos<sup>4</sup>, em julho de 1997. Este jornalista, através de uma série de reportagens, publicadas no jornal Folha de São Paulo, nos meses de maio e junho de 1997, denunciou a compra de votos para a emenda que permitiu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesta longa entrevista, há o seguinte trecho:

*João de Barros - Fica difícil imaginar que o governo comprou apenas dois votos. Fernando Rodrigues - E também achou. Tem uma frase de um ministro que evoluiu ao longo do processo. No dia seguinte à publicação do fato, ele disse assim, em off: “Ah, esse é um fato circunscrito ao Acre”... (risadas) É muito curioso, como se o Acre fosse na Bolívia! O Acre é um Estado. Há 27 unidades federativas no Brasil. O Acre é uma delas. O fato de estar circunscrito ao Acre, ainda que estivesse, não deixa de ser grave. É um fato gravíssimo! E a frase desse ministro do governo tucano é muito elucidativa, é emblemática da mentalidade do governo Fernando Henrique: “O Brasil tem uns bolsões de terceiro mundo, mas não é culpa nossa, nós estamos mudando e... ah, foi no Acre”. Mas como, foi no Acre?*

*Marina Amaral - Quem comprou não era do Acre*

*Fernando Rodrigues - É inacreditável*

*João de Barros - Como é que o governo se envolveu nesse “baixo de ro”?*

*Fernando Rodrigues - Deixa eu só concluir. Daí esse ministro evoluiu um pouco. Depois da fita do João Maia, do envolvimento do Acre do governador e do ministro Sérgio Motta, esse ministro*

4 - Revista Caros Amigos número 4, julho de 1997.

*diz: “Olha, pra nós esse problema está relativamente superado porque, no nosso modo de entender, é um problema circunscrito ao Norte”. (risadas) Ai já foi mais abrangente, já era o Norte... Mas de novo como se o Norte não fosse parte do Brasil*

A perplexidade irônica deste diálogo, pretende expor o Brasil pensado pela atual elite política no poder. Contudo, como vimos, não é prerrogativa dela nem muito menos da Revista ÉPOCA que, também, deixou de lado a região Norte.

### 3 Jovem ou jovens?

De imediato, a referência axial para a escolha da população pesquisada aparece através do marcador idade. Todos deveriam estar atingindo a maioridade civil naquele ano. Contudo, há dois outros indicadores. Os indivíduos, além de inaugurarem sua maioridade, o fazem no início do terceiro milênio e às vésperas do século 21. Portanto, eles estão atravessando três fronteiras irreversíveis: maioridade, milênio e século. Combinando esses elementos constitutivos da temporalidade ocidental, a revista “Época” constrói uma singularidade para sua reportagem e, ao fazer isso, procura capturar a curiosidade do leitor.

Como categoria que organiza o pensamento e a percepção, jovem não possui um sentido universal. Ao contrário, ser jovem não significa a mesma coisa em todos os lugares nem em todas as épocas. Isto aponta para o caráter circunstancial, relacional e histórico do termo. Não há, assim, uma lógica única a ordenar o sentido de ser jovem. As relações de necessidade que presidem a percepção de ser jovem não são substantivas. Antes de tudo, estão imbricadas num determinado contexto.

Da mesma forma, idade, como indicador da dimensão temporal da existência humana, opera, junto a outros indicadores como gênero, local de nascimento e parentesco, como princípio nos sistemas de classificação que organizam socialmente um grupo. Além disso e

sobretudo, um indivíduo só pode saber quantos anos tem caso faça parte de uma sociedade na qual o calendário exista como quadro de referência para padronizar a seqüência de acontecimentos. Ou seja, é uma ilusão acreditar que todos os indivíduos em todos os tempos e lugares souberam ou sabem sua idade. Como o relógio, o calendário é uma técnica, uma invenção e, sendo assim, não existem como fatos da natureza. Nesse sentido a reflexão de Elias (1998:10) põe a descoberto essa ilusão corrente:

*O conhecimento do calendário, tal como dos relógios, é uma evidência tal que já não suscita interrogações. Já não nos perguntamos como pudemos homens coexistir em épocas anteriores, sem a ajuda de um calendário ou de relógios, agora que esses meios se tornaram quase indispensáveis a qualquer forma de vida social*

Contudo, a categoria idade ainda possui outro aspecto distintivo. Diferentemente dos outros indicadores, idade é experimentada pelo indivíduo como algo transitório. Como chamam atenção os historiadores Levi & Schmitt (1994:9), “os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam”. Dessa maneira, nas sociedades modernas do mundo ocidental, pelo menos, o indicador 18 anos passou a ser, num determinado momento, a passagem para a maioridade e, com ela, a instauração da responsabilidade penal.

Sobre isso, é oportuno introduzir o relato que Ferreira (2000:21) faz de sua visita a um albergue, localizado na Praça da Sé, no centro de Fortaleza, que atende a crianças e adolescentes que vivem nas ruas<sup>5</sup>. Nesta visita, ela presencia um evento não rotineiro apesar de freqüente ao albergue: uma adolescente estava em véspera de completar 18 anos. No término das atividades, dirigidas por uma “educadora”<sup>6</sup>, todos ali presentes se deram as mãos e rezaram a oração cristã do “Padre Nosso”. Tristeza, comoção e angústia predominavam. A futura aniversariante se posta “cabisbaixa” e “deprimida”. Após concluída a oração, “ela agradeceu a todos pelo que estavam fazendo e pediu a Deus

5- Segundo Ferreira (2000:37), esse albergue recebe a denominação de Pólo Central de Atendimento e constitui uma das unidades da FEBEM-CE. Não atende a “menores infratores”. Funciona com a finalidade de abrigar durante a noite crianças e adolescentes que estão nas ruas do centro de Fortaleza. A criação dessa instituição veio no contexto das iniciativas ao redor da implantação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Os indivíduos só entram se quiserem, mas só podem sair no dia seguinte. Ao chegar, cumprem a seguinte programação: entrada (18:00 às 20:00), banho (18:00 às 20:00), jantar (20:00 às 20:30), atividades sócio-educativas (20:30 às 22:00), recolhimento aos dormitórios (22:00), despertar (6:30), café da manhã (7:00) e saída (7:30 às 8:00). Ao completar 18 anos, o indivíduo não pode mais ser assistido pelo albergue.

6- Esta é a categoria utilizada para qualificar os indivíduos que trabalham com a população atendida pelo albergue.

*para que a ajudasse em tudo “depois de domingo” (...). Feito isto, dois adolescentes a abraçam e os três choram.*

A jovem, objeto deste relato, demonstrava temor pelo seu futuro imediato. Ela atravessava uma fronteira sem retorno: a maioridade. Ao completar 18 anos, ao invés de comemoração e parabéns, apelou-se para a proteção transcendental. A adolescente tomara-se inabilitada para freqüentar o albergue e desfrutar dos dispositivos jurídicos que garantiam sua segurança física. Ela experimentava uma situação-limite. Seu destino não é apenas incerto. Ela está lançada ao desabrigo e entregue à própria sorte. Portanto, seus riscos se potencializam. De um dia para o outro, o policial não está mais submetido a um código de procedimentos para lidar com “menores”. Ele pode, então, não somente prendê-la, mas aplicar-lhe constrangimentos físicos. Agora, ela não é mais “*demora*”.

Esse acontecimento aponta para um rito de passagem em nossa cultura que revela de forma dramática as implicações da maioridade para indivíduos marcados por precárias condições materiais de existência. Ou seja, ele ilustra o significado diferencial dos 18 anos. Indivíduos de uma classe social economicamente favorecida experimentarão a chegada dos 18 anos com outra expectativa. Festas, presentes, música, risos e parabéns marcarão o evento. Alegria, entusiasmo e esperança podem ser desfrutados.

Assim, há mais de um ângulo para pensar o significado da entrada nesta faixa etária. Indivíduos que freqüentam albergues, como este da FEBEM-CE, não estão contemplados na pesquisa da “Revista ÉPOCA”. Portanto, ela não explicita a desigualdade entre classes sociais. Conseqüentemente, não mostra que as opções ali apresentadas são, antes de tudo, expressão de apenas uma parcela dos indivíduos que nasceram, no Brasil, em 1982.

Vale a pena aqui mencionar os resultados da pesquisa do IBGE sobre a década de 90 no Brasil e divulgada pela imprensa<sup>7</sup>. O documento, denominado “Síntese de Indicadores Sociais 2000”, mostra que a distribuição de renda permanece sem significativas alterações. Segundo o editorial do “Jornal do Brasil” (06/4/2001), esses resultados

*...confirmam o que se temia: agravou-se a concentração de renda. Os 40%*

*mais pobres da população ganham em média, menos de um salário mínimo por mês (0,98), enquanto os 10% mais ricos recebem 18,4 salários mínimos. A distância é abismal. O índice que mede a distribuição de renda sofreu uma mudança mínima, passando de 0,571 para 0,567....*

Isto revela que a estrutura social brasileira mostra-se impermeável a mudança e que a riqueza produzida aqui continua na mão de poucos. Em outras palavras, o Brasil prepara jovens com destinos bastante divergentes. Portanto, é necessário uma multiplicidade de perspectivas no uso do critério jurídico da maioridade para traçar um perfil do “*jovem brasileiro*”.

#### 4 “Sejamos realistas, que se peça o impossível”<sup>8</sup>

Esta frase foi escrita em um muro de Paris, em 1968. A data e o local se tornaram emblemáticos para marcar a experiência de uma geração que foi às ruas pôr à prova as estabelecidas estruturas de poder: partidos políticos, sindicatos, universidades etc. Contudo, essa percepção da vida e as intervenções daí provenientes não se restringiram só à França. Estiveram presentes em outros países, entre eles, Estados Unidos, Tchecoslováquia e Brasil. Nos Estados Unidos, antes mesmo do maio de 68 francês, estava em curso o denominado movimento *hippie*. A região da Califórnia, mais precisamente a cidade de São Francisco, concentrou jovens que tomavam como premissa básica a experimentação e o ideal romântico da totalidade harmônica. Para eles, viver significava sentir em intensidade sensações, prazeres, enfim, testar as possibilidades do corpo. Como se interpunham a ordem dominante, foram politicamente instrumentalizados e passaram a fazer coro aos movimentos de protesto à guerra do Vietnã e à defesa da igualdade racial. Este último tendo sua expressão máxima no Black Power, cuja vertente mais radicalizada, os Panteras Negras (Black Panthers), concebia a luta armada como a via de acesso à igualdade.

Antes do maio francês, em abril de 68, o primeiro ministro da Tchecoslováquia, Alexander Dubcek, propõe a “Primavera de Praga”. Pretendia com isso introduzir mudanças que restringissem a ingerência soviética na

7- Os dados aqui utilizados foram extraídos do “Jornal do Brasil” (Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de abril de 2001). Esta edição traz um longo editorial sob o título “Desafio à Nação” o qual comenta os resultados do senso realizado pelo IBGE no ano passado.

8- Frase citada por Brandão & Duarte (1990:54)



vida do povo tcheco. Entre elas se destacavam a liberdade de imprensa, a redução da centralização burocrática da economia e a adoção de mecanismos democráticos de acesso aos postos de poder. Em agosto de 1968, a antiga URSS, usando as tropas do Pacto de Varsóvia, invade Praga. A resistência do povo tcheco teve nas táticas utilizadas pelos jovens seu ponto alto. Segundo Brandão e Duarte (1990:56), os muros da cidade passaram a conter as seguintes mensagens: “*Cito a cidade e não a mim, os animais*”; “*Grande exposição de armas soviéticas na Praça Vermelha, entrada franca, saída difícil*”. A ironia inteligente e ácida era a arma não apenas para denunciar a opressão, mas sobretudo para mostrar uma forma de resistência marcada pela percepção de seus limites. Brandão e Duarte, na mesma obra e na mesma página, ainda apresentam outros exemplos desse clima imposto pelos tchecos aos russos em agosto de 1968:

*Os estudantes e a população procuravam agir com profunda ironia, desprezo e indiferença humana em relação aos soldados e tanques invasores. Os conselhos eram ignorados, tratavam-nos como coisas, beijam e namoram sob seus narizes. Vivam. Mas façam em torno deles barreiras invisíveis de ódio. Nenhuma informação. Não lhes vendam nada. Aqui ninguém fala russo. Ninguém os compreende. Você não sabe onde ficam as ruas, os números das casas e os banheiros, os táxis e os meios de transporte.*

No Brasil, o ano de 1968 também tem marcas contundentes. A “Passeata dos 100 mil”, em 26 de junho, no Rio de Janeiro, segundo Couto (1999:91), foi “*a maior manifestação já registrada contra o regime militar*”. Ela reuniu não apenas estudantes, mas também, as lideranças operária e religiosa, os artistas, intelectuais e políticos. Como reação, em julho, o governo proíbe as passeatas e acena, em caso de desobediência, com a possibilidade da aplicação do estado de sítio. Neste mesmo mês, há o atentado a bomba na ABI, no Rio de Janeiro, e a deflagração, em Osasco (SP), de uma greve reunindo 15 mil metalúrgicos.

Junto a todo esse ambiente político, no início de setembro, o jovem deputado federal pelo partido do

MDB da Guanabara, Márcio Moreira Alves, faz um discurso que contraria o presidente Artur da Costa e Silva. Em plenário, numericamente inexpressivo, expressa sua indignação pela invasão da UNB por tropas militares no final de agosto com o objetivo de prender 5 estudantes. Neste discurso, o deputado Márcio Moreira Alves, em atitude próxima a juventude tcheca, sugere que as moças não saiam com militares e que os civis não compartilhem os mesmos lugares e o mesmo lado da rua com eles. Para o deputado, isso era uma forma de protesto contra a excessiva interferência militar no mundo civil. O governo recebe como ofensa e encaminha ao Congresso o pedido para proceder a cassação do deputado. Sua solicitação, contudo, é negada.

Esses acontecimentos fazem parte do processo que culminou com a edição, em 13 de dezembro, do ato institucional número 5, o AI-5, momento decisivo da legislação autoritária no qual a ditadura expressa-se de forma explícita. Em comparação com os anteriores, o AI-5 é de uma abrangência muito maior. Através dele, são suspensos os direitos civis, inclusive o *habeas corpus*. Fecha-se o congresso Nacional. Institui-se a censura prévia ao rádio, à imprensa e à televisão. Confere-se ao presidente o direito de cassar mandatos e direitos políticos, bem como, o de dispensar e aposentar servidores públicos. Com o AI-5, o regime militar produzia um fechamento político do País e, a partir daí, incrementava-se a perseguição aos opositores com prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Nestas circunstâncias, a ação política se dirige para a clandestinidade.

Se, em 1968, os jovens se manifestavam em Praga, Paris e São Francisco, eles também o faziam em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e pelo País a fora. O momento histórico, portanto, não era localizado. Ao contrário, embora não se falasse em globalização, ele se revelava bastante “encompassador”, apontando, com isso, para um “espírito da época”. Conceito através do qual se procura definir um momento fundamental do processo histórico. Nele, as manifestações culturais, políticas, artísticas e religiosas aparecem de forma marcante. Elas são produzidas por diferentes grupos que, mesmo não compartilhando um território, uma língua e uma cidadania comuns, estão em sintonia com os princípios que estruturam esta forma de expressão. Em primeira instância, portanto, “espírito da época” é uma modalidade de fazer a vida humana em coletividade acontecer.<sup>9</sup>

9- Segundo Ferrater Mora (1988), o conceito “espírito da época” é a tradução para a palavra composta alemã “zeitgeist” posta em circulação, principalmente, por G.WF.Hegel.

Abreu (1997:187), em sua pesquisa sobre jovens que participaram da guerrilha urbana no Brasil, apresenta o dado de que “*em todos os movimentos de luta armada, dos anos 60/70 no Brasil, o ponto comum que uniu seus participantes, é sua juventude (...)*”. A autora afirma que essa geração nasceu nos anos 50, portanto, em 1968, alguns de seus membros estavam com 18 anos. Além disso, ela localiza essa juventude na ascendente classe média dos principais centros urbanos. Herdeira, portanto, de valores e atitudes que lhe permitiam formular como projeto de vida a ocupação dos postos de comando do país. Ela mostra que o processo de socialização política dessa juventude ocorreu no interior da família. Ou seja, as categorias de percepção capazes de apreender o mundo a partir das noções de desigualdade e injustiça social foram inicialmente construídas em casa. Nas palavras de Abreu:

*a visão cristã de justiça, de caridade, de praticar o bem, de dar esmolas, fez parte do aprendizado de muitos desses jovens na medida em que as mães de muitos deles eram praticantes de uma religião. As discussões em casa sobre o problema das favelas, e da pobreza, sobre o direito à escola para todos etc., acompanharam o crescimento desses jovens. (pag. 189).*

Além disso, sua pesquisa identificou que a formação de uma percepção política acerca dos problemas brasileiro se deu, inicialmente, através da literatura. Aos 12 e 13 anos, esses jovens liam Monteiro Lobato, Jorge Amado e José Lins do Rego. A leitura de textos, propriamente políticos se dá mais tarde. Destes, ela destaca “História da Riqueza do Homem”, de Léon Huberman, como a obra de grande penetração entre os jovens dos anos 60. Segundo ela, este livro forneceu a essa geração a argumentação que permitia acreditar na possibilidade da passagem de uma sociedade capitalista para uma socialista<sup>10</sup>.

Ainda segundo Abreu, até 1968, a militância política está ligada ao colégio e à universidade, pois ser engenheiro, médico, advogado, cientista, diplomata etc

eram as credenciais pretendidas para ocupar as posições de liderança do País. Contudo, contingências históricas os levaram a encontrar duas vias de realização deste projeto: num primeiro momento, ser vanguarda do movimento estudantil e, num segundo, ser líder do movimento de guerrilha.

Portanto, as escolhas e ações dessa geração são bem entendidas quando postas sob uma perspectiva cultural e histórica. A partir daí, então, fica evidente que lhe dar o atributo de politizada é insuficiente para entendê-la. O mesmo se aplica ao exame dos jovens que completam 18 anos no ano 2000. Conferir-lhes o epíteto de “*apolítica osentida*”<sup>11</sup> é pouco esclarecedor. Antes de tudo, estes indivíduo fazem parte de uma coletividade, atravessaram processos de socializações. Além disso, nasceram nas duas últimas décadas do século XX. Este é o momento em que, junto à expansão das tecnologias de informática e telecomunicação, acelerou-se o processo conhecido como globalização. Por este termo, procura-se, basicamente, expressar a lógica com a qual o capital financeiro internacional funciona. Ele acarreta a integração entre os diversos sistemas econômicos nacionais, acima a concorrência internacional e reduz, acentadamente, nos países periféricos, a intervenção e regulação do Estado.

A globalização está longe de ser homogênea. Ela ocorre de maneira diferenciada entre as nações. Nos países poderosos (Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental e Japão) o capital financeiro não está apenas associado às políticas econômicas voltadas para o crescimento. Ele permanece comprometido com o desenvolvimento das estruturas produtivas (agricultura, comércio e indústria). Conseqüentemente, os sistemas produtivos destes países ampliam e prosperam.

De maneira drasticamente diferente, em países periféricos como o Brasil, este capital financeiro acarreta sensíveis conseqüências para a sociedade e o Estado. Gonçalves (1999) mostra que o Brasil, a partir de 1995 e, sobretudo, entre 1996-98, experimentou, de forma surpreendente, o crescimento dos fluxos de capital financeiro externo cuja presença no aparato produtivo

10- A autora cita a seguinte lista de obras, mencionada durante suas entrevistas com ex-guerrilheiros: “Karl Marx, Manifesto Comunista, O salário, o preço, o lucro, entre outros; Engels, Do socialismo utópico ao socialismo científico; Lenin, O que fazer, O estado e a revolução; Mao Tsé-tung, Sobre a contradição e Sobre a prática; Ernesto Che Guevara, Guerra de Guerrilha; Régis Debray, Revolução na Revolução. Sobre Trotsky foi lida principalmente a trilogia de Deutscher: O profeta armado, O profeta desarmado e O profeta exilado. Além desses autores são citados também Paul Sweezy, Teoria do desenvolvimento capitalista (Zahar, 1962) e Paul Baran, A economia política do desenvolvimento (Zahar, 1960). O conhecimento sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira se deu através da leitura de Caio Prado Júnior, Revolução brasileira, Nelson Weneck Sodré, História da burguesia brasileira e Rui Mauro Marini”. (pag. 190)

11- Afirmação presente na página 141 da reportagem analisada neste artigo.

brasileiro é intensa. Prosseguindo, em tom de perplexidade, o economista qualifica esse fato como inédito em toda a história do Brasil. Além de produzir a dívida, este capital está tenuemente associado à estrutura produtiva. Essa fugaz relação permite a obtenção de lucros que, ao invés de serem reinvestidos aqui, são remetidos para fora e aquecem os circuitos financeiros internacionais.

Além disso, como está alojado na estrutura produtiva do País, este capital tem administradores e porta-vozes internos e, principalmente, externos que fazem ingerências nas decisões do governo. Em outras palavras, ele tem um poder que o capital privado nacional não tem. Além disso, é de seu interesse agir num ambiente de baixa resistência. Isto é, onde a participação de indivíduos e grupos, enfim a sociedade, na discussão sobre os rumos das políticas públicas esteja incipiente ou deslocada para outros estímulos. Neste cenário, é oportuno focalizar o noticiário político sobre desavenças palacianas e incessantes casos de corrupção. A política e os políticos aparecem, então, como algo degradante. Esta perspectiva entra em sintonia com as concepções de que a vida pode ser vivida longe da política, que ela é dispensável e perniciosa. Sua eficácia reside em produzir despolitização. E, nunca é por demais perceber, que o desprezo pela política e pelos políticos abre caminho para o exercício de vocações autoritárias.

## 5 Político é panela com água e feijão

Ao destacar a concepção de política dos jovens, a reportagem faz a seguinte afirmação:

*[eles] Não têm tempo a perder com o varejo político. Quem em um presidente honesto, abomina a corrupção, não têm paciência para minuetos parlamentares. (pag.19)*

Rapidez e escala em dimensão grande são apontadas como as coordenadas que presidem o comportamento dos jovens. Seu tempo teria uma velocidade distinta do tempo que ordenaria a prática política. Este parece ser constituído de propriedades que agem no sentido de detê-los em minudências da realidade. Os jovens buscariam o “atacado” da vida e suas interações não se pautariam em modelos do século XVIII. Dançariam *rock*, *teen*, pagode e *funk*. Jamais o minuetto. Assim, entre os jovens e a política há um fosso secular. Eles estariam voltados para coisas de longo alcance, de maior expressão e de impacto mais intenso.

É interessante notar que, ao serem assim representados, se aproximam do ideário dos jovens da década de 60 que buscavam experiências capazes de romper com o ordenamento do cotidiano. Entretanto, nem todos os jovens daquela década concebiam política como engajamento em partidos. Alguns representavam a experiência com substâncias psicoativas (LSD, sobretudo) como uma experiência política. Através dela, ganhariam acesso a níveis de percepção da realidade aos quais estavam impedidos pela codificação sensorial imposta pela cultura. Concebia-se o uso da droga como um meio de expansão da mente. Além disso, significava a ação de um indivíduo livre sobre as possibilidades de seu corpo. Dessa forma, experimentar drogas, ouvir *rock* ou, como fizeram Caetano Veloso, Gilberto Gil e os Mutantes, introduzir a guitarra na música popular brasileira, instrumento considerado por grupos nacionalistas como símbolo da dominação estrangeira, eram maneiras de rebelar-se, contestar e dizer que era “*proibido proibir*”. Portanto, política, naquele momento, não se reduzia a partido político.

Saindo do Editorial e entrando na reportagem, surgem as seguintes formulações, apresentadas como resultado da pesquisa sobre os jovens de 18 anos no ano 2000:

1- (pag.141) “*Numa ojeriza que ultrapassou fronteiras sócioeconômicas, a maioria esmagadora dos entrevistados acha que os partidos políticos são organizações obsoletas, prescindíveis à democracia, eventualmente nocivas ao país.*”

2- (pag.143) “*Desconfiam dos políticos, acreditam em Deus*” (143).

O texto, ao destacar a participação dos jovens em igrejas cristãs, pode permitir a interpretação de que a atuação religiosa seja um substituto ou então expressão de desinteresse político. Sobretudo, porque os dados sobre a presença dos jovens em manifestações cristãs vêm acompanhados da afirmação de que eles não confiam nos políticos e crêem em Deus. Ocorre que, em 1968, havia vários grupos de esquerda católica mobilizados para o enfrentamento com o regime militar. Entre eles, estavam a “Ação Popular” (AP), a “Juventude Universitária Católica” (JUC), e a “Juventude Estudantil Católica” (JEC). Portanto, não há uma relação de implicação necessária entre professar uma fé religiosa e, ao mesmo tempo, cultivar o ceticismo com relação a prática política.

Com relação ao ceticismo, é oportuno apresentar aqui o trabalho de Sulamita Vieira (2000:163). A autora, pesquisando sobre a Rádio Nacional na década de 50, analisa o programa “No mundo do baão”<sup>12</sup>. Além de notícias e música, neste programa há uma seção dedicada à apresentação de “histórias”, os “*causos*” do sertão. Num desses, ela transcreve o seguinte diálogo entre um médico e um sertanejo, no qual o tema central é uma noção de política:

*(...) Seu Zuza, essa é muito boa mesmo. Ainda há pouco o senhor disse que um eleitor é uma galinha, né? Agora diz que a política é uma espécie de panelade feijão... Eu lhe explico, doutor: quando vomine bota feijão numa panela d'água, só sobe os furado. Os caroço bom fica tudo embaixo. Bem assim é o político. Só sobe os cabauim, home...*

Embora não corrobore o traço do ceticismo ressaltado na pesquisa da ÉPOCA e ilustrado no exemplo de Vieira, o relato autobiográfico de Paulo Autran, um dos mais respeitados atores do teatro brasileiro, permite que se relativize a concepção que associa como fenômeno dos tempos atuais o distanciamento dos jovens da política. Em entrevista concedida ao crítico teatral Alberto Guzik (1998:26), ele fala de seus 18 anos, em 1940, em plena vigência do Estado Novo:

*Fui um alienado por muito tempo, inteiramente alienado. Eu achava que era a política, política era uma coisa que não me interessava, e eu adotava as idéias da família. Lembro, por exemplo, quando entrei para a Faculdade de Direito. Começaram a dizer que Getúlio Vargas era um ditador, e levei um susto. Porque para mim Getúlio Vargas era o Presidente do Brasil, o “paíde pobres”, um homem bom. Quer dizer, era essa a noção que eu tinha, já com 18 anos... Era imperdoável um rapaz de 18 anos ter aquelas idéias. Mas eu vivia tanto nos meus livros, no meu teatro e no meu cinema, que não tomava conhecimento... Na Faculdade de Direito*

*é que comecei a perceber o que era política, vi que nós efetivamente estávamos sob uma ditadura, e participei de várias passeatas que os estudantes fizeram. Tómbum com panona boca para mostrar a censura. Em uma dessas passeatas, a polícia nos metralhou. Tive a sorte de não levar tiro algum. Mas meu irmão Jaime Silva Telles... aqui no Largo São Francisco!*

O “*causo*” apresentado por Sulamita Vieira e a fala de Paulo Autran, embora apresentem conteúdos nitidamente distintos, caminham, num determinado momento, para uma concepção comum de política: os dois procuraram manter-se longe dela. O primeiro, oriundo de um meio rural, provavelmente, destituído de instrução formal, concebe a política como os jovens desta reportagem. Ela é algo pernicioso à vida coletiva e, portanto, presente entre indivíduos de conduta ética duvidosa. Paulo Autran, nascido na Capital da República e com uma formação escolar em instituições de referência, faz um relato da mudança em sua percepção sobre o significado de política. Inicialmente e também à semelhança dos jovens apresentados na revista ÉPOCA, ele compreende política como algo dispensável. Uma instância da realidade social para a qual sua vida não estaria necessariamente implicada. Sua entrada na universidade produz descontinuidades em relação ao seu ambiente doméstico e ao seu modo de cultivar o interesse por livros, cinema e teatro. Deste contraste, abre-se o espaço para a entrada de um outro sentido de política. Algo intrinsecamente ligado à inexorável condição humana: viver em grupo sem estar dotada de um programa genético para gerir essa convivência. A política passa então a ser percebida como *bus* do engendramento de acordos, objetivos, sentidos e direções para o delicado viver em grupo. Portanto, não se restringe, como se quer fazer crer, ao estreito cenário da quebra de decoro parlamentar ou das intrigas palacianas.

Do ponto de vista antropológico, a política é uma expressão da cultura. Isto equivale a dizer que o discurso do senador Antônio Carlos Magalhães sobre a moralidade na vida pública é cultura tanto quanto a fórmula “Deus lhe pague” do indivíduo que recebe uma

12- Segundo Vieira (2000:195), esse programa era produzido por Humberto Teixeira e Zé Dantas, sendo este último o autor do texto citado.

escola na rua. Os artigos de uma Carta magna são cultura assim como a reunião de idosos nos finais de tarde nos bancos da praça do Ferreira, no centro de Fortaleza. A arquitetura do Palácio dos Três Poderes, em Brasília, é cultura tanto quanto uma torta de chocolate para “quinze pessoas”. O paletó e a gravata dos parlamentares expressa cultura tanto quanto os vestidos de Gisele Bündchen. O hino nacional cantado após a cassação do presidente Fernando Collor é cultura, assim como as palavras de ordem cantadas pelas torcidas organizadas nos campos de futebol. Enfim, pode-se fazer uma lista infindável de exemplos para demonstrar que cultura não é compreendida como tradição, costumes, folclore, lendas, o caderno B dos jornais ou a seção “cultura” da revista VEJA. Através desse conceito procura-se revelar as estruturas de significado, socialmente engendradas, que informam, dão sentido e formam a convivência coletiva. Conseqüentemente, a política de um lugar reflete a cultura daquele lugar. E mais do que isso, a política não é constituições, câmaras legislativas, golpes ou partidos. Ela é o *bus* por excelência no qual essa estrutura de significados se desenvolvem publicamente (Geertz, 1978).

Para falar sobre o significado que política ocupava em sua vida quando jovem, Paulo Autran remeteu seu relato à década de 40. Já o personagem sertanejo da Rádio Nacional falou a partir da década de 50. Enquanto isto, os jovens da revista ÉPOCA estão situados no início da primeira década do século 21. Embora haja distâncias geracionais e sociais consideráveis entre os três, há, também, convergências em suas representações sobre política. Isto aponta para duas coisas. Primeiro, a ilusão em considerar como atributo distintivo dos jovens que atingiam sua maioria no ano 2000 o desinteresse pela política e a conexão entre ela e atos ilícitos. Segundo e mais relevante ainda, dirige a percepção para a evidência da presença de sentidos em circulação, os quais são apropriados, em circunstâncias diferentes por diferentes indivíduos. Ou seja, mostra que estes sentidos estão aí, são constitutivos da cultura.

Portanto, são ilusões correntes considerar como prerrogativa dos jovens que completaram 18 anos, em 2000, a posição apolítica. O mesmo ocorre ao pensar que se representa o Brasil através de matrizes, inteiramente distantes daquelas com as quais se operava no final do século XIX. Adotar este tipo de perspectiva analítica é colocar o presente em descontinuidade com o passado. Com isso, o que se vive, sente e pensa, além de percebido como imediato, é visto como inédito.

## Bibliografia

- AARÃO, Daniel Reis Filho. 1998. *68: A Paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- ABREU, Alzira Alves. 1997. *Quando eles eram jovens revolucionários*. In: Viana, Hermano (org.) - “Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- ARCE José Manuel Valenzuela. 1999. *Vida de Barro Duro: Cultura Popular Juvenil e Grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- COUTO, Ronaldo Costa. 1999. *Histórias da redação da cultura e da abertura: Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record.
- BRANDÃO, Antonio Carlos & DUARTE, Milton Fernandes. 1990- *Movimentos Culturais e Juventude*. São Paulo: Modema.
- DA MATTA, Roberto. 1997. *Pedro Malasartes e os Paradoxos da Malandragem*. In: DaMatta, Roberto - Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Rocco.
- ELIAS, Nobert. 1998. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FERREIRA, Diocleide. 2000. *O Dia é da rua, a noite é do abaque*. Fortaleza: UFC/Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, (Dissertação/Mestrado em Sociologia).
- GEERTZ, Clifford. 1978. *A Política do significado*. In: Geertz, Clifford - “A Interpretação das Culturas”. Rio de Janeiro: Zahar.
- GIDDENS, Anthony. 1991. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GONÇALVES, Reinaldo. 1999. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRAHAM, Douglas & Holanda, Sérgio Buarque. 1984. *Migrações Internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: CNPQ/IPE-USP.
- GUZIK, Alberto. 1998. *Paulo Autran um homem no palco*. São Paulo: Boitempo.

- KOURY, Mauro. 2001. *Você fotografa os seus mortos?*. In: Koury, Mauro (org.) - *Imagens e Memória*. Rio de Janeiro: Garamond.
- LEVI, Giovanni & Schmitt, Jean-Claude. 1996. *Introdução*. In: Levi, Giovanni & Schmitt, Jean-Claude (orgs). *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Macedo, José Rivair. 2000. *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média*. Porto Alegre/São Paulo: Editora UNESP/ Editora da UFRGS.
- O'Donnell, Guillermo - *Argentina Em Tiense*. In: *Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 15 de abril de 2001
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2000. *Cultura e Política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora UNB.
- SOUZA, Percival de. 2000. *Autópsia do Meib*. São Paulo: Globo.
- VIEIRA, Sulamita. 2000. *O Sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural*. São Paulo: Annablume.